

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Membro da Comissão de Juristas da Reforma do Código Civil.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador-BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho do curso de Direito da Universidade Salvador — UNIFACS. Professor Associado da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro (e ex-Presidente) da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

1

26ª edição
revista, ampliada e atualizada
2024

saraiva 



saraiva
EDUCAÇÃO

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
 ELABORADO POR OÍLIO HILÁRIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9349

G135n	Gagliano, Pablo Stolze
	Novo curso de direito civil - v.1 - Parte geral / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho. - 26. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
	592 p.
	ISBN: 978-65-5362-979-0
	1. Direito. 2. Direito civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo Mário Veiga. II. Título.
2023-2945	CDU 347 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil	347
2. Direito Civil	347

1259972

Data de fechamento da edição: 7-12-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Daniel Pavani Naveira
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Giselle Cristina da Silva Honorio Alanne Maria Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Bárbara Peroni Fazolari
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

CÓD. OBRA	14087	CL	608667	CAE	847835
-----------	-------	----	--------	-----	--------

Índice

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil</i>	IX
<i>Prefácio à Primeira Edição</i>	XI
<i>Apresentação da Primeira Edição</i>	XIII
<i>Nota dos Autores</i>	XVII

Capítulo I Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo	
2. Noções propedêuticas de direito	
2.1. Etimologia.....	
2.2. Conceito	2
2.3. Outras acepções qualificadas da expressão “direito”.....	4
2.4. Direito e moral.....	5
2.5. Direito e poder.....	8
3. Fontes do direito	9
3.1. Classificação das fontes.....	10
3.2. Fontes do direito em espécie	11
3.2.1. Legislação	11
a) Características gerais da lei	11
b) Classificação das leis	12
3.2.2. Costume	16
3.2.3. Jurisprudência.....	19
3.2.4. Doutrina	22
3.2.5. Analogia	22
3.2.6. Princípios gerais do direito.....	23
3.2.7. Equidade.....	24
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (<i>civil law</i> e <i>common law</i>)	27
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil	30
6. Conceito doutrinário e histórico do Direito Civil.....	32
7. Conteúdo do Código Civil.....	33

Capítulo II

A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação.....	35
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação.....	37
3. Antecedentes históricos.....	39
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos.....	41
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil	45
6. O novo Código Civil brasileiro	50
7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002	52

Capítulo III

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	55
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas	57
3. Aplicação de normas jurídicas.....	63
3.1. Interpretação de normas.....	64
3.2. Algumas noções sobre a integração normativa.....	67
3.3. Aplicação temporal de normas.....	68
3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal)	74
3.5. Aplicação espacial de normas.....	77
3.6. Conflito de normas no espaço.....	79
3.7. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB)	83

Capítulo IV

Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica.....	91
1.1. Conceito	91
1.2. Aquisição da personalidade jurídica.....	93
1.3. O nascituro	95

2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade	101
2.1. Incapacidade absoluta	104
2.2. Incapacidade relativa	109
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.....	110
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos	111
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	113
2.2.4. Os pródigos	114
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos sil- vícolas	115
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência).....	117
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o repre- sentado.....	118
3. Emancipação	121
4. Nome civil	128
4.1. Esclarecimentos terminológicos	128
4.2. Possibilidade de alteração do nome	130
4.3. Tutela jurídica do nome	133
5. Estado da pessoa natural	134
6. Registro civil	136
7. Extinção da pessoa natural.....	140
7.1. Morte civil.....	141
7.2. Morte presumida.....	141
7.2.1. Ausência	142
a) Curadoria dos bens do ausente	142
b) Sucessão provisória.....	143
c) Sucessão definitiva	145
d) Retorno do ausente	146
e) Ausência e dissolução do casamento.....	147
7.2.2. Justificação de óbito	147
7.3. Morte simultânea (comoriência).....	148

Capítulo V

Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria.....	153
2. Conceito e denominação.....	154
3. Natureza dos direitos da personalidade	154

4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas	158
5. Titularidade	159
6. Características dos direitos da personalidade	162
6.1. Caráter absoluto	163
6.2. Generalidade	163
6.3. Extrapatrimonialidade	164
6.4. Indisponibilidade	164
6.5. Imprescritibilidade	166
6.6. Impenhorabilidade	166
6.7. Vitaliciedade	167
7. Classificação dos direitos da personalidade	167
7.1. Direito à vida	168
7.2. Direito à integridade física	173
7.2.1. Direito ao corpo humano	175
a) Direito ao corpo vivo	175
b) Direito ao corpo morto (cadáver)	178
7.2.2. Direito à voz	181
7.3. Direito à integridade psíquica	182
7.3.1. Direito à liberdade	182
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento	186
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária)	186
7.3.4. Direito à privacidade	188
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico	189
7.4. Direito à integridade moral	190
7.4.1. Direito à honra	190
7.4.2. Direito à imagem	191
7.4.3. Direito à identidade	193
8. A proteção dos direitos da personalidade	193

Capítulo VI Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito	199
2. Denominações	201
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas)	201
3.1. Teorias negativistas	202

3.2. Teorias afirmativistas.....	202
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica.....	206
5. Surgimento da pessoa jurídica.....	207
5.1. Sociedades irregulares ou de fato	209
5.2. Grupos despersonalizados.....	213
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica	215
7. Classificação das pessoas jurídicas.....	220
7.1. Pessoas jurídicas de direito público.....	220
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado	222
7.2.1. As associações	226
7.2.2. As sociedades	230
a) Constituição das sociedades.....	231
b) Classificação das sociedades	231
7.2.3. As fundações	236
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial.....	238
b) Instituição por escritura pública ou testamento.....	238
c) Elaboração dos estatutos.....	238
d) Aprovação dos estatutos	240
e) Realização do registro civil.....	242
7.2.4. As organizações religiosas.....	244
7.2.5. Os partidos políticos	245
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada ..	246
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas.....	249
9. Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	251
9.1. Esclarecimentos terminológicos	253
9.2. Hipóteses de aplicação.....	256
9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade.....	265
9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas.....	265
9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	268
a) Iniciativa.....	269
b) Fundamentos para a desconsideração	269
c) Momento da desconsideração.....	270
d) Contraditório e instrução.....	273
e) Natureza da decisão	274
f) Recurso.....	274
g) Efeitos da desconsideração	274
10. Extinção da pessoa jurídica.....	275
11. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19.....	276

Capítulo VII Domicílio Civil

1. Importância da matéria.....	279
2. Conceito.....	281
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias.....	282
4. Tratamento legal e mudança de domicílio.....	283
5. Domicílio aparente ou ocasional.....	285
6. Domicílio da pessoa jurídica.....	286
7. Espécies de domicílio.....	287

Capítulo VIII Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas	291
2. Bem × coisa	293
3. Patrimônio jurídico.....	294
4. Classificação dos bens jurídicos	296
4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC/2002)	297
4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos	297
4.1.2. Bens imóveis e móveis.....	298
a) Classificação dos bens imóveis.....	299
a.1) Imóveis por sua própria natureza.....	299
a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial	299
a.3) Imóveis por acessão intelectual.....	300
a.4) Imóveis por determinação legal.....	300
a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta	301
b) Classificação dos bens móveis	302
b.1) Móveis por sua própria natureza.....	302
b.2) Móveis por antecipação.....	302
b.3) Móveis por determinação legal.....	302
c) Semoventes.....	303
4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis	304
4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis.....	305
4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis.....	306

4.1.6. Bens singulares e coletivos.....	307
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC/2002)	307
4.2.1. Classificação dos bens acessórios.....	308
a) Os frutos.....	308
b) Os produtos.....	309
c) Os rendimentos.....	310
d) As pertencas.....	310
e) As benfeitorias.....	311
f) As partes integrantes.....	313
4.3. Dos bens públicos e particulares.....	313
5. Bem de família.....	315
6. Coisas fora do comércio.....	327

Capítulo IX

Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico.....	329
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo.....	330
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo.....	330
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico.....	332
4.1. Aquisição de direitos.....	332
4.2. Modificação de direitos.....	334
4.3. Conservação de direitos.....	334
4.4. Extinção de direitos.....	335
5. Fato jurídico em sentido estrito.....	335
6. Ato-fato jurídico.....	337
7. Ato jurídico em sentido estrito.....	339

Capítulo X

Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução.....	345
2. A transformação da teoria do negócio jurídico.....	345
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico.....	349
4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia.....	351

5. Classificação dos negócios jurídicos	353
6. Interpretação do negócio jurídico	356

Capítulo XI

Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência.....	359
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico	360
2.1. Manifestação de vontade	361
2.2. Agente emissor da vontade	362
2.3. Objeto	362
2.4. Forma.....	363
2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos	364

Capítulo XII

Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade	369
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico	370
2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé.....	371
2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio	376
2.2.1. Da representação	377
2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável).....	379
2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita)....	381

Capítulo XIII

Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução	385
2. Vícios do negócio jurídico.....	385
2.1. Erro ou ignorância	385
2.2. Dolo	390
2.3. Coação	395
2.4. Lesão	398
2.5. Estado de perigo	406
2.6. Simulação	409
2.7. Fraude contra credores	414

Capítulo XIV Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução	423
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico.....	425
3. Nulidade absoluta.....	426
4. Nulidade relativa (anulabilidade).....	431
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa...	437
6. Conversão do negócio jurídico.....	438
7. Invalidade do negócio jurídico em face do novo conceito de capacidade civil	441
7.1. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ..	443
7.2. A pessoa com deficiência e a teoria da invalidade do negócio jurídico	445
7.2.1. Pessoa com deficiência tem curador nomeado	446
7.2.2. Pessoa com deficiência tem apoiadores nomeados.....	447
7.2.3. Pessoa com deficiência sem curador ou apoiador.....	448

Capítulo XV Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia.....	451
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico...	451
2.1. Condição	452
2.2. Termo.....	461
2.3. Modo ou encargo.....	464

Capítulo XVI Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais.....	467
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico	470
2.1. Confissão.....	471
2.2. Documento	473
2.3. Testemunha.....	480
2.4. Presunções.....	484

2.5. Perícia	486
3. Considerações finais	488

Capítul● XVII

Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais	491
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal...	492
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no novo Código Civil	494
4. O abuso de direito	496
5. Causas excludentes de ilicitude.....	498

Capítul● XVIII

Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico	503
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões...	504
3. Noções conceituais.....	505
4. Distinção entre prescrição e decadência.....	511
4.1. Critérios tradicionais.....	512
4.2. Fundamento doutrinário para distinção <i>a priori</i> de prescrição e decadência	514
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade	514
a) Direitos a uma prestação.....	514
b) Direitos potestativos	515
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular	515
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência	515
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial.....	516
4.2.2. Classificação moderna das ações.....	516
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida.....	517
5. A prescrição e a decadência no novo Código Civil.....	517
6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	521

7. Causas interruptivas da prescrição.....	526
8. Prazos de prescrição no novo Código Civil.....	532
9. Prazos de decadência no novo Código Civil	538
10. Prazos prescricionais em matéria de direito intertemporal.....	538
11. Prescrição intercorrente.....	541
12. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19.....	544
<i>Referências</i>	547